

Contra o ‘inimigo interno’ a favor do Governo Militar: Imprensa e Censura em Montes Claros/MG (1964-1985)

Camila Gonçalves Silva *

Resumo: Este artigo é parte do resultado final da dissertação de mestrado intitulada: “A censura veste farda: elites conservadoras, policiais militares e o consentimento da imprensa escrita a censura, durante o Governo Militar em Montes Claros de 1964-1985”, cuja defesa realizou-se em janeiro de 2011. A pesquisa esteve vinculada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/PPGH-UFJF. A discussão, ora apresentada, se concentra, num primeiro momento, na compreensão do perfil da imprensa escrita de Montes Claros, que atuou durante o Governo Militar Brasileiro nos impressos: *Diário de Montes Claros* e *Jornal de Montes Claros*. Posteriormente, analisaremos a inserção de censores nas redações dos referidos impressos por parte do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros. Com base na metodologia da História Oral, coletamos entrevistas com vários jornalistas que atuaram nos referidos impressos. Estas foram fontes fundamentais para a realização deste estudo.

Palavras-chave: Censura; Imprensa; Governo Militar.

Abstract: This article is part of a final dissertation called: “Censorship dress uniform: conservative elites, military police and the consent of the press censorship during the military government of 1964-1985 in Montes Claros”, which was argued in January 2011. The research was linked to the Graduate Program in History at the Federal University of Juiz de Fora / PPGH-UFJF. The discussion presents here, has focus first on understanding the press’s profile in Montes Claros, which served during the Brazilian Military Government that was printed as: *Diary and Newspaper of Montes Claros Montes Claros*. Moreover, will be analyzed the presence of the censors in the Newspapers’ office by the 10th Military Police Battalion of Montes Claros. Based on oral history methodology have been collected interviews with several journalists whose acted in those newspapers. Those were the basics sources for this study.

Keywords: Censor; Media; Military Government

Foi ele o pai da moderna Imprensa da cidade, transformando inteiramente a disposição gráfica, o conteúdo e a forma de fazer jornal. [O Jornal de Montes Claros] Começou a abolir da primeira página a bucólica literatice e os provincianos registros sociais que davam cunho de importância às pessoas melhor situadas, substituindo-os pelo relato dos acontecimentos do dia-a-dia, em estilo profissional que o colocava bem próximo do que fazia nos grandes centros. (ANTUNES, 2001: 211)

Fundamos o Diário de Montes Claros e ficamos na direção desse jornal até 1962 a 1984. Vinte e quatro anos. A minha vida no Diário de Montes Claros era uma vida de... lutava invariavelmente pelos interesses da cidade e da região. Nós não tínhamos partido político, e o Diário veio a reforçar o que o Jornal de Montes Claros já fazia: ele não, não fazia partido da política local. Queríamos ser independentes! (QUEIROZ, 2009)

* Mestre em História pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora/PPGH-UFJF. camilag7@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo de nossa apreciação consiste em compreender o perfil da imprensa escrita local, através das entrevistas que realizamos com os profissionais que atuaram nos impressos *Diário de Montes Claros* e *Jornal de Montes Claros*. Esses impressos, que já encerraram suas atividades, foram veículos vitais de divulgação de informações em um contexto em que era incipiente o acesso à televisão na cidade. Deste modo, os critérios para a escolha dos depoentes foram: atuação em pelo menos um dos jornais arrolados, participação na fundação, relevância e desempenho do profissional para a comunidade e, por fim, disponibilidade em colaborar com a pesquisa.

Analisaremos os motivos que levaram a prática da censura nas redações dos jornais arrolados, após a implantação do Regime Militar, em 1964. Além das motivações atinentes à natureza e à ideologia do regime, importa compreender o que há de particular ao caso de Montes Claros, notadamente o que conduz o 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros na preparação e na concretização do golpe. Após o êxito da referida operação, a corporação policial militar inseriu censores nas redações dos impressos arrolados.

As lembranças narradas pelos jornalistas Oswaldo Antunes e Décio Gonçalves de Queiroz, donos dos impressos *Jornal de Montes Claros* e o *Diário de Montes Claros*, respectivamente, expressas em nossa epígrafe, ressaltam os objetivos da imprensa escrita a partir da década de 1950. Antes deste período, os impressos possuíam outros propósitos, como representar partidos políticos da cidade ou interesses das classes mais abastadas.

O jornal *Gazeta*, por exemplo, não veiculava manchetes policiais e nem aprofundava em questões que pudessem oprimir ou gerar polêmicas para as famílias influentes da cidade: “(...) de composição manual e sem qualquer estrutura para acompanhar o noticiário da cidade (...) limitava-se a anotar determinados acontecimentos, ao estilo de ata, na base do ‘doutor fulano de tal’, o ‘dinâmico prefeito’ a ‘gentil senhorita’, por aí.” (MONTES CLAROS EM FOCO, 1979: 12-14) Para o cronista local, Hermes Augusto de Paula, embora o *Gazeta* não tivesse um viés combativo, o jornal não foi apático diante dos problemas da cidade. Procurou mesclar o seu apoio às famílias ‘ilustres’ à simultânea realização de campanhas reivindicatórias, por asfaltamento e calçamento de ruas e estradas, e, pela necessidade de crescimento econômico da cidade. (PAULA, 1957)

Como podemos perceber a postura dos proprietários dos jornais arrolados influenciou diretamente na produção e no estilo das manchetes publicadas. Porém, a partir de meados da

década de 1950 o perfil da imprensa de Montes Claros alterou significativamente. Em função das suas experiências pessoais e profissionais, os proprietários dos impressos *Jornal de Montes Claros* e *Diário de Montes Claros*, marcaram a ruptura da imprensa com os vínculos do arcaico tradicionalismo das regiões periféricas.

Jornal de Montes Claros e Diário de Montes Claros: O perfil da imprensa local 1960 - 1985

O *Jornal de Montes Claros* foi fundado em 1951 pelo médico Luiz Pires Filho, e recebia fomento do então prefeito Capitão Enéas Mineiro de Souza. A pretensão do jornal, nesse período, era manter assegurados os interesses da administração municipal, para isso apoiava e divulgava conforme as instâncias. Somente em 1954, ano em que o jornalista Oswaldo Antunes adquiriu o jornal, é que esse objetivo foi alterado.

Nascido em 21 de outubro de 1924, e criado em pequena propriedade rural do município de Montes Claros, Oswaldo Antunes descreve a sua família como “(...) tinha o instinto da luta contra o erro e a inconformidade com as injustiças, tudo denunciando um legado precioso de gerações insubmissas.” (ANTUNES, 2001: 40) E foi com determinação e sacrifício da família, inclusive com dificuldades econômicas que se formou em Direito, em 1950, aos 26 anos. Iniciou a sua atividade como jornalista em 1946 no jornal *Diário Católico*, em Belo Horizonte. Após se formar decidiu morar em Montes Claros, em 1951, “(...) deixou a proximidade do poder, a influência do jornal e a vida social intensa. Trocou segurança por incerteza, vida amena por pernilongos, poeira, água barrenta nas torneiras e viagens piores do que as dos retirantes de hoje.” (ANTUNES, 2001: 112) Foi nesse contexto que o advogado recém-formado fixou escritório na cidade. Em seu livro de memórias, Antunes revela que as leituras e as discussões efetivadas durante o período da graduação exerceram forte influência na sua posterior atuação como profissional da imprensa:

Os alunos mais graduados, e os professores, debatiam o comunismo vermelho, sedutora cor de luta; a azul e calma democracia entusiasmava a maioria dos estudantes, mercê de ensinamentos espectrais ouvidos na sala do velho prédio da Praça Afonso Arinos; e falava-se, duramente, contra a cinzenta ditadura governamental, dentro da negra noite que encobria o país. (ANTUNES, 2001: 112)

Era o contexto do regime ditatorial imposto por Getúlio Vargas, que vigorou de 1937 até 1945. O autor das memórias transcritas explica que, apesar da pouca idade, presenciava e participava de comícios na Praça Afonso Arinos, nas escadas da Faculdade de Direito ou

mesmo na Praça Sete de Setembro, em Belo Horizonte. Eram os locais onde se distribuíam panfletos e vozes exacerbadas contra o governo Vargas. Ao retornar para a sua terra, e a mercê da sua nova rotina profissional, Antunes logo identificou a realidade da imprensa do interior do Estado:

A cidade calada via e sabia tudo. Aquela coisa chamada jornal permanecia muda, o dono se equilibrando até morrer de repente. Não havia quem lutasse contra a mixórdia, quem fizesse combate à pajelança. Não havia por enquanto, como depois se viu. (ANTUNES, 2001: 99)

Foi imbuído do discurso indignado diante da realidade do interior que o ‘polivalente’ advogado/jornalista, ao adquirir o *JMC*, alterou os objetivos da imprensa escrita local. A primeira mudança foi a inserção de temas que não eram abordados por outros periódicos até então, como por exemplo, violência urbana, problemas sociais e falta de infraestrutura, que faziam parte rotina da cidade. Antunes levou para o jornal a experiência absorvida no periódico *Diário Católico*. O jornalista ressalta que, apesar da sua designação, o *Diário Católico* (DIÁRIO CATÓLICO, 2010) não se tratava de uma publicação restrita as questões religiosas, pelo contrário, possuía função objetiva de divulgar os fatos e reclamar por estruturas mais sólidas para a população. Por consequência:

Assim, tornou-se escola do melhor labor de conscientização, buscando o ideal de estruturação mais justa da vida humana em sociedade e o conhecimento alertado dos fatos sociais, políticos e religiosos, sem jungir-se ao clericalismo desinformado das realidades do mundo, ou à esquerda festiva. Criticava, mas sabia considerar a autoridade constituída. Fazia jornalismo objetivo, sem rodeios, interpretando com cuidado, para saber formar e informar. (ANTUNES, 2001: 127)

Não precisou de muito tempo para que, ao adquirir o *JMC*, esse método fosse transmitido aos jovens jornalistas de Montes Claros. A experiência profissional adquirida por Antunes, em Belo Horizonte, também foi transferida para o jornalista Décio Gonçalves de Queiroz.

Nascido no município de Varzelândia, norte do Estado, executou boa parte de seus estudos na cidade de São Paulo. A convite de um professor que percebeu que o aluno secundário tinha aptidão para as letras tornou-se estagiário do jornal *Estado de São Paulo*. (ESTADO DE SÃO PAULO, 2010) Na redação, revisava e ajudava a redigir reportagens. Com o falecimento de seu pai, teve que regressar à sua cidade natal, e terminou o segundo grau em Montes Claros. Foi nessa época que fundou o jornal escolar *Tribuna do Estudante*, em maio de 1956. A partir de sua profícua atuação, foi convidado por Oswaldo Antunes para

trabalhar no *Jornal de Montes Claros*. Durante os seis anos de atividade ocupou o cargo de revisor, o de redator e o de diretor, respectivamente.

De fato, a experiência dos profissionais do *JMC*, em atuar na imprensa de grande circulação do país, fez a redação do periódico ser vista como espécie de ‘escola’ para os futuros jornalistas da cidade. De acordo com o jornalista Jovemar Neri, o *Jornal de Montes Claros*:

(...) destacou-se no cenário político social da cidade. Uma credibilidade conquistada pela imparcialidade, pelo peso moral de seu noticiário e pela ética que norteou um jeito próprio de fazer imprensa numa cidade e região dominada por poderosos. (REVISTA TEMPO, 2001: 114-117)

Deste modo, a nova postura desses profissionais revelou a ruptura com a submissão da imprensa frente às determinações da elite econômica e política de Montes Claros. Apesar da dificuldade em manter um estilo imparcial, principalmente no interior do Estado, a principal preocupação desses jovens jornalistas era fortalecer o direito à liberdade de expressão.

Essas alterações na atividade da imprensa escrita local não foram eventuais. Para a historiadora Alzira Alves de Abreu, (ABREU, 2002: 12) a partir da década de 1950, a imprensa brasileira foi influenciada pelo modelo norte americano. Esse modelo tinha o propósito de produzir um jornalismo investigativo, com destaque à informação e a notícia de maneira objetiva, em detrimento de comentários pessoais e parciais. Por conseguinte, os jornais de grande circulação já possuíam essas características, porém, para Abreu, a absorção desse método por parte dos jornais populares, ou de pequena circulação, ocorreu paulatinamente.

Em 20 de maio de 1962, foi impresso o primeiro exemplar do *Diário de Montes Claros*. Os jornalistas que fundaram o periódico foram Décio Gonçalves de Queiroz e Júlio de Melo Franco. O *Diário* também marcou a imprensa escrita de Montes Claros por ter sido estruturado aos moldes de uma empresa. Os exemplares eram impressos pela S. A. Gráfica Editora de Jornais – Sagres e contava com participação de 70 acionistas, presididos por Euler de Araújo Lafetá. Antes do *Diário*, cada jornal possuía suas máquinas para impressão muito próximas ao setor destinado a redação.

Para Queiroz a rotina do jornal era intensa “(...) era uma vida de... lutava invariavelmente pelos interesses da cidade e da região” (QUEIROZ, 2009). O momento de criação do *Diário* coincide com o contexto das modificações estruturais da cidade: a inclusão do Norte de Minas na área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste/SUDENE. Ainda conforme o jornalista Jovemar Néri: “(...) o grupo observou que

Montes Claros começava uma nova arrancada a caminho do progresso, com o advento da industrialização e necessitava, portanto, de um jornal com projeto gráfico arrojado” (REVISTA TEMPO, 2007)

Para Jorge Nunes, profissional do *Diário* no período, a escolha da grade de matérias era articulada conforme as necessidades de crescimento da cidade. Filho de militar e fazendeiro, Nunes representa a parcela agropecuária interessada no desenvolvimento econômico do Norte de Minas. A sua atividade profissional não se restringiu à imprensa, de 1976 até o ano de 2007, atuou como assessor de comunicação da Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco/CODEVASF. A CODEVASF se mantinha articulada com a SUDENE, em prol do desenvolvimento econômico da região da Bacia do São Francisco. Explicamos que o Norte de Minas absorvia investimentos advindos da sua inclusão no Polígono das Secas, da SUDENE e da CODEVASF, por estar situado geograficamente no interior dessas três regiões. Por conseguinte, o cotidiano profissional de Nunes acontecia nos espaços de discussões de metas de estímulo ao crescimento local e regional,

Então eu acredito que a imprensa teve uma participação muito grande no desenvolvimento de Montes Claros e eu fico com muito orgulho de ter participado disso, porque foi uma época que eu sempre participei de 62 para cá na imprensa, né? (...) naquele tempo era uma imprensa mais investigativa você tinha que colher a notícia na fonte, você entendeu? Eu por exemplo, quando eu comecei a cobrir cidade eu ia todo dia na prefeitura eu ia todo dia na Associação Comercial, eu ia todo dia na Sudene, entendeu? (NUNES, 2009)

Felipe Antônio Guimarães Gabrich, formado em administração de empresas, iniciou sua atuação na imprensa a partir da sua experiência como atleta profissional. Foi goleiro da Associação Desportiva Ateneu de Montes Claros, o que foi profícuo na redação das colunas de esporte do ‘JMC’, no período na década de sessenta. Em 1965, já no *Diário de Montes Claros*, Gabrich acompanhou a imprensa no seu papel de contribuir com o desenvolvimento local, em suas palavras:

(...) eu comecei em 1965 fazendo geral então eu fazia cobertura de Rotary de Lions, cobertura de câmara, cobertura de prefeitura, cobertura das entidades que faziam o desenvolvimento de Montes Claros, depois eu passei a me dedicar só a política, então eu me ingressei totalmente na cobertura política, porque não somente na cobertura dos vereadores, na atuação do prefeito, na atuação dos deputados ligados a região, foi até uma época que eu considero assim uma época áurea da imprensa de Montes Claros, porque muita coisa que Montes Claros tem hoje se conseguiu através da imprensa e através do trabalho nosso que era um trabalho de reivindicação (...) (SAID, 2010)

Em contrapartida, o repórter e professor da Universidade Estadual de Montes Claros, Benedito de Paula Said, nasceu na capital do Estado e era filho de pais militantes: “(...) meus pais na infância eu já os acompanhava, na época da Revolução a gente saía, eles saíam para protestar em Belo Horizonte” (SAID, 2009). Said se inseriu na imprensa através do periódico da capital *Binômio*, na década de 1970. Por participar de movimentos estudantis e, na iminência de ser preso pelo seu comportamento visto como ‘subversivo’, mudou para Montes Claros para evitar o cárcere. Em 1973 trabalhou na extinta *Rádio Sociedade de Montes Claros*, a *ZYD-7*. A partir de 1975 mesclou a sua atuação como diretor do *JMC*, e como presidente do Centro Acadêmico dos Estudantes de Montes Claros. Posteriormente, atuou como presidente do Diretório Central dos Estudantes da cidade.

Não obstante, interessa-nos destacar a experiência profissional que Said obteve nas redações do impresso *Binômio*. Fundado pelos jornalistas José Maria Rebelo e Euro Arantes, em 17 de fevereiro de 1952, possuía no seu conteúdo editorial denúncias políticas, reportagens, charges e crônicas. Nesse período, criticava, principalmente, a administração do então governador de Minas Gerais, Juscelino Kubitschek, cujo slogan administrativo era: “Binômio: Energia e Transporte”, intensamente divulgado pela imprensa,

O objetivo era mostrar o lado promíscuo das relações de poder no estado. No primeiro número estava claro ao que vinha. No editorial, "Duzentas e sessenta e nove palavras ao leitor", ele se intitulava quase independente. "Temos 99% de independência e um por cento de ligações suspeitas. O oposto de nossos ilustres confrades, que têm um por cento de independência e noventa e nove por cento de ligações mais suspeitas que o mordomo de filme policial americano" (MÍDIA ALTERNATIVA, 2010)

A trajetória do ‘Binômio’ foi marcada por realizar várias denúncias e investigações aos políticos mineiros e do Brasil. Por deter esse histórico, após o Golpe Militar, José Maria Rabelo foi forçado a se exilar do país, permanecendo fora por dezesseis anos. Foi nesse ambiente que Said iniciou sua carreira na imprensa. Ao se mudar para Montes Claros na década de 1970, integrou-se ao corpo de jornalistas de campo do *JMC*. Especializou-se em redigir matérias com viés investigativo e policial. A sua atuação profissional na cidade refletiu a influência lograda pela família e pelo cotidiano profissional vivido no ‘Binômio’.

Advogado por formação, o jornalista Haroldo Lívio iniciou suas atividades juntamente com Décio G. Queiroz, no impresso *A Tribuna do Estudante*. Com o término do periódico, Lívio atuou no *JMC* durante as décadas de 1960 e 1970. A rotina dos jornais *JMC* e do *Diário* era permeada pela execução de campanhas que reivindicavam asfaltamento de estradas,

criação de rodovias para melhorar as trocas comerciais e, também, por reclamações referentes à impunidade de crimes que eventualmente aconteciam na região,

Isso olhando para o passado parece que não foi isso tudo de grande, mas foi realmente muito importante. Nesse momento em que moralizou o júri, foi que a cidade passou a melhorar o seu conceito lá fora porque era uma terra de cangaceiros onde pessoas de influência que andavam com armas na cintura impunemente. Que desapareceu esse clima de Far or West na cidade passou a ser uma cidade civilizada e respeitada. (OLIVEIRA, 2009)

Advogados, administrador de empresas, professor. O perfil da geração de jornalistas que atuaram no contexto de nossa investigação, nos revelou que a experiência obtida nos periódicos dos grandes centros urbanos perpetrou na criação de jornais que tiveram a audácia de romper com os elos da arcaica intromissão dos ‘donos do poder’ nos veículos de informação. Embora esse tenha sido o principal resultado, não podemos deixar de apontar que esses personagens, em muitas ocasiões, defenderam e difundiram o discurso de desenvolvimento atrelado a vocação agropecuária local e regional. Homilia típica da ‘elite agropecuária’, que resultou no aumento das mazelas e da desigualdade social. Entretanto, não podemos definir a imprensa de Montes Claros como organismo de expressão das elites tradicionais.

A abordagem de novas temáticas trouxe consigo o tempero da indignação e o protesto ante as discrepâncias sociais. Mas, não podemos deixar de mencionar que o amparo ao progresso do setor agropecuário deixou como herança para as décadas de 1960 e 1970 a mordaza. A censura que, após a implantação do Regime Militar de 1964 passou a fazer parte da rotina dos jornais, foi fruto daquele antigo temor das elites locais diante da propagação de ideias de esquerda, como a discussão sobre reforma agrária, por exemplo. O cerceamento a imprensa escrita local permaneceu durante os vinte e um anos de Regime Militar.

Por seu turno, consideramos importante ressaltar que, embora para a confecção do perfil da imprensa escrita local, tenhamos utilizado um número reduzido de entrevistas esse aspecto merece uma explicação. Em uma cidade localizada em uma região periférica do Norte do Estado de Minas Gerais, as redações não têm as mesmas dimensões dos ambientes dos grandes centros urbanos ou capitais. Mesmo os donos dos jornais analisados por nós, exerciam várias funções no cotidiano das redações. Isso também restringe a quantidade de funcionários que atuavam no período, além do que, muitos profissionais trabalharam períodos distintos em ambos os jornais.

Contra o ‘inimigo interno’, a favor do Governo Militar: as justificativas para o 10º Batalhão realizar a censura ao ‘JMC’ e ‘DMC’

A censura no regime militar era uma implicação necessária da Doutrina de Segurança Nacional. O principal conceito da DSN refere-se à ideia de guerra total, que se difere da guerra ‘clássica’ em que os países ao se declararem inimigos iniciam os combates bélicos. O conceito de guerra total trabalha com a perspectiva de que o país está na iminência de sofrer ataques subversivos, guerra revolucionária ou guerra psicológica. (ALVES, 2005: 45) Nesse sentido, para os teóricos da DSN as agressões podem ocorrer internamente, estimuladas, principalmente, por ideologias que tem como objetivo final o domínio da nação. O temor, nesse caso, refere-se à disseminação das ideologias comunistas e socialistas. Nesse sentido, era imprescindível suprimir as manifestações sociais, os movimentos da classe trabalhadora e as ideologias de esquerda para, conseqüentemente, assegurar a segurança nacional e os investimentos de capital privado.

Para Alves, no Brasil, o conceito de guerra total concentrou-se, excepcionalmente, na busca pelo inimigo interno, com o objetivo de evitar que ‘ele’ conquistasse, através de métodos psicológicos ou subversivos, a sociedade:

A guerra revolucionária comunista é do segundo tipo em nossa definição não clássica. Os países comunistas em sua ânsia de expansão e domínio do mundo, evitando engajar-se em um confronto direto, põem em curso os princípios de uma estratégia em que a arma psicológica é utilizada, explorando as vulnerabilidades das sociedades democráticas, sub-reptícia e clandestinamente, através da qual procuram enfraquecê-la e induzi-las a submeter-se a seu regime sociopolítico. A guerra revolucionária comunista tem como característica principal o envolvimento da população do país-alvo numa ação lenta, progressiva e pertinaz, visando a conquista das mentes e abrangendo desde a exploração dos descontentamentos existentes com o acirramento de ânimos contra as autoridades constituídas, até a organização de zonas dominadas, com o recurso à guerrilha, ao terrorismo e outras táticas irregulares, onde o próprio nacional do respectivo país-alvo é utilizado como combatente. (ALVES, 2005: 45)

O que a citação acima revela é o temor dos militares, embutido na noção de guerra revolucionária, em que se imagina que a influência das ideologias de esquerda ocorre de modo progressivo, com a finalidade de controlar a nação. Para a DSN, através de métodos psicológicos, o comunismo internacional ‘conquista’ as ‘mentes do povo’ e estimula a população a rebelar-se contra as autoridades do ‘país-alvo’. (ALVES, 2005: 45)

Nesse sentido, torna-se obrigatório proteger o país e traçar o planejamento da segurança nacional através da vigilância e do controle das atividades de todos os segmentos

da sociedade e da política. Sobretudo porque, a DSN aponta que o inimigo interno, sob influência do comunismo internacional, pode atuar em todas as partes, utiliza de propagandas e diversas maneiras de manipulação ideológica, sendo, portanto, imprescindível uma estratégia de ação para proteger o público ‘alvo’.

O público ‘alvo’ abarca uma variedade de segmentos: estudantes, intelectuais, artistas, políticos, classe trabalhadora, camponeses, associações de bairro, meios de comunicação impressos, etc. Unidos desse objetivo, a Escola Superior de Guerra, principal divulgadora da DSN, estabeleceu como prioridade a segurança interna do país e arregimentou aliados com a finalidade de “(...) criar condições para a preservação dos poderes constituídos, da lei, da ordem (...)”. (ALVES, 2005: 431)

A partir da concepção de que era prioridade a segurança interna do país, a DSN integra-se à política de segurança nacional, dando origem ao que o General Golbery do Couto e Silva define como ‘Grande Estratégia’. Para Golbery, o governo deveria aparelhar o estado de uma infraestrutura capaz de garantir, de maneira eficaz, a Segurança Interna. Ainda de acordo com a ‘Grande Estratégia’, ao efetivar o entrelaçamento das políticas de desenvolvimento com as políticas de segurança nacional o governo garantiria o pleno crescimento do país.

Compreender os postulados da DSN é condição indispensável em nosso estudo. Principalmente, a percepção da intensa imbricação dos interesses de segurança nacional com as diretrizes econômicas, psicossocial, militar e política.

A DSN definia, pois, os requisitos para a preservação de um ambiente favorável ao investimento privado, purgando-o de eventuais turbulências. Neste sentido, ainda que não fossem explicitamente formulados por seus representantes, os interesses da nascente elite industrial local, como os incentivos fiscais e a tranquilidade social, são análogos aos interesses do empresariado nacional, ansioso por garantir o pleno desenvolvimento econômico. Assim, torna-se legítimo a necessidade de coibir, por exemplo, movimentos da nascente classe operária, dos estudantes e dos meios de comunicação montesclarenses. Preservar um ambiente favorável à aplicação de investimentos não foi um propósito específico dos grandes centros urbanos. Para uma região localizada em uma área periférica de Minas Gerais foi uma condição indispensável.

Além do mais, o anticomunismo já fazia parte da rotina da cidade, desde o começo do século XX. O anticomunismo na região é intimamente associado ao temor quanto à realização da reforma agrária, que poderia atentar contra os interesses dos setores latifundiários locais. A

elite industrial, constituída a partir dos incentivos e recursos aplicados pela SUDENE, não rompeu com a vocação agropecuária regional. Pelo contrário, ocorreu a formação da agroindústria, que contemplou e agregou os interesses dos setores agropecuário e industrial. Esse fato foi observado quando indicamos a manutenção da vocação econômica local, como, por exemplo, através da criação de frigoríficos, curtumes e fábricas de calçados.

A censura à imprensa faz parte de um conjunto diversificado de ações repressivas e não se realiza apenas através de suas variantes específicas, a censura prévia, autocensura, a censura empresarial. Como veremos, a pressão sobre a imprensa poderia verificar-se por via de ações desencadeadas em outras dimensões do aparato repressivo, como os Inquéritos Policiais, ou mesmo por via da intimidação efetuada através da justiça convencional.

Maria Helena Moreira Alves (2005: 69-70) afirma que já no ano do golpe, enviado pela concepção da Grande Estratégia, o presidente Castelo Branco sancionou o decreto-lei nº 53.897 em abril de 1964. Por esse decreto ficou institucionalizado a chamada ‘operação limpeza’. Essa operação tinha como objetivo investigar, a partir da instalação de inquéritos policiais militares, funcionários civis e militares, ou qualquer indivíduo da sociedade que fosse suspeito de estar envolvido em atividades subversivas, e por isso considerado um ‘inimigo interno’. O decreto-lei tinha campo de atuação em vários níveis: municipal, estadual e federal, e se tornou um dos principais instrumentos das corporações militares:

Os IPMs constituíam o mecanismo legal para a busca sistemática de segurança absoluta e eliminação do ‘inimigo interno’, como primeiro passo. Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder de fato para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar as investigações. Configuravam o primeiro núcleo de um Aparato Repressivo em germinação e o início de um grupo de pressão de oficiais linha-dura no interior do Estado de Segurança Nacional. (ALVES, 2005: 68-69)

Os ditames da DSN também foram aplicados em Montes Claros quando 10º Batalhão de Polícia Militar desempenhou a função de vigiar e coibir a atuação do ‘inimigo interno’, tanto no meio rural quanto no urbano. Cabe ressaltar que, o nosso enfoque investigativo é a censura aos jornais *Diário de Montes Claros* e *Jornal de Montes Claros*. Isso porque, os profissionais da imprensa têm acesso a diversos segmentos sociais, são aglutinadores e divulgadores de posições e opiniões, conseqüentemente, estão mais propensos a revelar fatos.

A historiadora Maria Heloísa Murgel Starling aponta que, instruídos pelos ditames da DSN, as corporações policiais militares de Minas Gerais tiveram a função de preservar a lei e a ordem dos poderes constituídos. (STARLING, 1986: 119) Mediante a compreensão desse

aspecto, um de nossos objetivos é analisar como a participação e o êxito no golpe de 1964 conferiu a Polícia Militar de Montes Claros a função de reprimir e controlar os meios de comunicação impressos da cidade.

Nossa pesquisa esbarrou no fato de não termos encontrado um documento que pudesse comprovar que o Exército Brasileiro conferiu ordens a PM mineira para fiscalizar os meios de comunicação. Contudo, os aspectos arrolados, nos levam a concluir que a corporação policial militar local assumiu essa responsabilidade sob a justificativa de estar preservando os poderes recém-constituídos ao manter a lei e a ordem. Essa atuação aconteceu, sobretudo, logo após a sua participação no golpe de 1964.

Grande parte dos estudos produzidos pela historiografia brasileira sobre a censura a imprensa, durante o governo militar, toma como ponto de partida os anos de 1967 ou 1968. (KUSHNIR, 2004), (AQUINO, 1999) Esse recorte temporal refere-se à legislação que conferiu plenos poderes ao Estado para promover à repressão, como a promulgação da Lei de Notícias (SENADO FEDERAL, 2010) e, também, a sanção do Ato Institucional nº5. (ALVES, 2005: 161).

A introdução da censura aos jornais montesclarenses não tem relação direta com a legislação mencionada, mas com o fato de a corporação policial militar ter participado do golpe de 1964. Assim o referido ano, tornou-se nosso ponto de partida.

Nessa perspectiva, iremos assinalar os principais fatores que favoreceram a ação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, no sentido de censurar os periódicos *Diário de Montes Claros* e *Jornal de Montes Claros*. Como se verá abaixo, em boa medida, isto se relaciona ao papel desempenhado pelo seu comandante na cena policial de Montes Claros.

Historicamente, não são poucos os trabalhos historiográficos a respeito de Montes Claros que fazem menção a imagem negativa que a cidade ostentou durante a sua trajetória. (PEREIRA, 2002) Cidade violenta, conflitos políticos resolvidos à bala, coronéis arregimentando jagunços para controlar o ‘mandioccal’ e, práticas coronelísticas que insistiam em atuar após 1930. Esses são apenas alguns exemplos do desgaste da imagem da cidade frente ao Estado e até mesmo frente ao país. Isso sem mencionarmos o fato de que, em 1957, a elite econômica e política da cidade, na ânsia por investimentos ‘inventa o centenário’ na derradeira tentativa de ‘criar’ uma imagem positiva, de uma ‘nova’ cidade que desponta como ordeira e serena.

A cidade havia sido emancipada em 13 de outubro de 1831, e em 1832 instalou-se a Câmara Municipal. O título de cidade foi obtido em 03 de julho de 1857, no entanto, no

Império esse título tinha apenas valor honorífico. Antes desse período a cidade já possuía infraestrutura administrativa, e o título teve rarefeita repercussão. Após um século, essa data é “resgatada” para fins políticos e econômicos. O historiador Laurindo Mékie Pereira faz menção ao historiador Eric Hobsbawm para explicar o conceito de tradição inventada. As tradições inventadas surgem com objetivo de introduzir valores e disseminá-los em prol de objetivos políticos ou sociais. Nesse sentido, o centenário de 1957 é fruto senão de uma tradição inventada, com intuito de socializar a ideia de uma cidade ordeira e de que o poder público, em débito para com o seu desenvolvimento, deve consagrar a cidade com investimentos. Desta forma, uma ‘nova’ Montes Claros circundada pela ordem e pela paz estaria habilitada para receber investimentos do poder público e do poder empresarial. (PEREIRA, 2002: 82)

Todavia, apesar do esforço em demonstrar a ruptura com o arcaísmo, não é difícil encontrar referências de que a cidade, mesmo na década de 1960, ainda apresentava fortes indícios de violência e abuso de poder. O jornalista Oswaldo Antunes relata a dificuldade em manter a ordem pública, inclusive pelo fato de que nem mesmo os delegados transferidos para a cidade suportavam as arbitrariedades. A rotatividade de delegados, por exemplo, é um forte indicativo de que, se esses profissionais não se adequassem aos ditames da ‘ordem’ local não se fixavam na cidade. Antunes conta que mantinha em sua mesa uma carta que era publicada no *JMC*, direcionada ao recém-chegado delegado, com a descrição do panorama social e político da cidade. As substituições de delegados era um fato tão corriqueiro que a mesma carta foi publicada várias vezes no jornal. Seleccionamos trecho da referida carta, onde o jornalista relata os desmandos na cidade:

Há um grande número de crimes e é preciso reprimi-los. Mas, Sr. Delegado, permita este lembrete que nós fazemos envolta com as boas-vindas: um grande número dos crimes contra a vida nesta região se comete por motivos políticos; e mesmo nos crimes de furto, roubo, desacato à autoridade e outros mais, a política interfere para evitar a ação da política, para anular a justiça (...) E permita-nos mais uma advertência: a sua permanência em Montes Claros, possivelmente não será muito longa. O seu honrado antecessor saiu porque não abdicou de sua autoridade. V. Sa. talvez o siga. E será o oitavo delegado a ser retirado por questão de honradez. O importante é que não tema sair com honra e tema ficar com a autoridade diminuída. Saindo como homem de bem, virá outro delegado mensal, mas com tanta mudança os políticos profissionais barganhistas de delegados acabam caindo no descrédito e deixam a polícia cumprir com seu dever. (grifo nosso) (ANTUNES, 2001: 171)

Através da leitura desse fragmento podemos perceber o quanto era difícil, até mesmo para um delegado da polícia militar, exercer suas atividades. Em vista disso, a atuação de um

delegado que fizesse frente a essa obsoleta situação e perpetrasse a sua autoridade policial teria prestígio e respeito, tanto na esfera profissional quanto na esfera pessoal. Sobretudo, porque a partir da criação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros, em 1956, este passou a atender 50 municípios adjacentes a cidade. O dirigente dessa corporação exerceria seu poder de ‘autoridade’ em quase toda a região do Norte de Minas.

Por isso, compreender a atuação do Cel. Georgino Jorge de Souza à frente do 10º BPMMC é fundamental em nossa investigação. O Cel. Georgino não foi somente o responsável por erguer a sede da sua guarnição, nem por arregimentar seus soldados para seguir em direção a Brasília para contribuir com o golpe de 1964. Dos trinta anos dedicados a Polícia Militar, a maior parte deles passou em Montes Claros. Fixou residência, constituiu família, atuou como advogado e como professor universitário, transitou pelos espaços políticos e sociais, enfim, rescindiu com a rotatividade das autoridades policiais nas terras do sertão norte mineiro. A estabilidade na carreira alcançada a partir do seu trabalho na cidade encerrou igualmente a sua própria peregrinação e inconstância profissional, o Cel. Georgino, até se fixar na cidade havia atuado em 68 cidades mineiras. (SOUZA, 2001: 288)

No boletim cuja divulgação era restrita ao interior das unidades da Polícia Militar de Minas Gerais, o Cel. Georgino, no ato da sua posse como comandante do 10º BPMMMC, em 1961, ressaltou os principais objetivos de seu trabalho na unidade de Montes Claros. O discurso faz referência aos ditames da DSN, como a disciplina, a proteção da família e a moral da sociedade, assim como também delineia interesse em dedicar uma ‘especial atenção’ a esses setores, ou seja, aumentar a vigilância:

Estado de Minas Gerais Polícia Militar / 10º BI

Quartel em Montes Claros, 16 de Dezembro de 1961 (...)

Para reconhecimento e devida execução desta Unidade, publica-se o seguinte:

Ao assumir o Comando desta Unidade, as minhas palavras são de paz e evocação. Apologista do trabalho conclamo a todas para as obras que proponho realizar, quais soem ser uma inarredável defesa das tradições de nossa gloriosa Corporação, numa busca permanente do senso de Justiça e da Disciplina. (...) Para tanto será construído ainda que a custa de grandes sacrifícios, o nosso Quartel, ao mesmo tempo que o nível técnico profissional da tropa, passará por acurado estudo e aprimoramento. Na medida da limitação de minhas forças, especial atenção será dedicada ao aperfeiçoamento de nossas atividades sociais. A defesa da família e dos bons costumes alicerçados na moral sadia e consubstancia-se na trilogia: JUSTIÇA - TRABALHO E CAMARADAGEM.

Georgino Jorge de Souza - Major Comandante Interino (SOUZA, 2001: 288)

O Cel. Georgino canaliza para si e para o seu batalhão a responsabilidade de monitorar, intensamente, a sociedade e, dessa maneira, manter e defender a ‘moral e os bons

costumes. Mostrar um bom desempenho profissional a partir dos ditames da DSN é, para nós, o principal elemento que justifica a introdução da censura pelo comando da PM nas redações, uma vez que a documentação expedida para cumprimento de tais ordens não foi identificada. ‘Cortar o mal pela raiz’, ou seja, vigiar a imprensa escrita, que nesse período era um dos principais veículos de informação da cidade, também representava um maior controle sobre sociedade. De outra maneira, os dois jornais pesquisados por nós, não tinham circulação restrita apenas a Montes Claros. Eram distribuídos três vezes por semana e chegavam a outras cidades vizinhas. Vigiar as redações tinha também uma noção estratégica.

Não obstante, o Cel. Georgino também procurou manter boas relações com os setores articuladores do golpe, e mesmo com rarefeitos recursos, acatou as ordens do governador Magalhães Pinto para prosseguir com o envio das tropas para Brasília. Como afirma Alves “Os IPMs tornaram-se uma fonte de poder *de fato* para o grupo de coronéis designados para chefiar ou coordenar investigações.” (ALVES, 2005: 69) Oriundos, majoritariamente das Unidades Policiais, os IPMs foram comumente utilizados para punir os subversivos. Sendo o Cel. Georgino integrante do seletivo grupo de Coronéis de Minas Gerais que tiveram participação direta na realização do golpe de 1964, não fica difícil concluir que também tenha recebido instruções para utilizar este recurso. Além disso, durante a realização da operação de 1964, o próprio general Olímpio Mourão Filho, um dos principais mentores do golpe, teceu elogios à corporação montesclareense: “Isto não é um Batalhão: é uma Academia. Moral Excelente, alegria exuberante”. (SOUZA, 2001: 194)

Por conseguinte, demonstrar eficiência profissional significou, para o Cel., o respeito e admiração da sociedade montesclareense e, principalmente, dos mentores do governo militar instaurado. Esse fator foi fundamental na sua decisão de introduzir, por conta própria, membros da guarnição para vigiar uma possível atuação do ‘inimigo interno’ nas redações dos jornais da cidade.

As produções historiográficas acerca dessa temática são categóricas em apontar que o governo criou estruturas específicas para exercer esse tipo de função. É o caso dos trabalhos das historiadoras Beatriz Kushnir (2004) e Anne-Marie Smith. (2000). Kushnir, através de sua pesquisa, apontou que o Departamento de Polícia Federal realizou vários concursos públicos no intuito de preencher um quadro de censores suficientes para atender a demanda nacional. Além disso, por meio de fontes orais e processuais, a autora identificou a existência de jornalistas que, em busca de melhores salários e, principalmente, estabilidade profissional, prestaram concursos e trabalharam como censores, se tornaram *cães de guarda* do regime.

A estabilidade profissional do censor perdurou, inclusive, após o fim do Regime Militar, com a democratização política, em 1985. Nesse sentido, com o objetivo de pressionar o governo a manter o seu ofício, no novo contexto, esses profissionais fundaram a Associação dos Censores Federais/ANACEN, em 1986. (KUSHNIR, 2004) De igual maneira, Kushnir também revelou que, tanto os funcionários da Polícia Federal encarregados de exercerem a função de censores, como os ‘concursados’, recebiam, constantemente, rígido treinamento para atuar, ‘corretamente’, nas redações dos jornais, no meio artístico e no meio cultural.

Já Smith observou que a relação entre Estado e imprensa apresentou, historicamente, várias faces de institucionalização da censura, através da criação de estruturas e legislação específica. Desde a chegada da corte portuguesa, em 1808, ficou terminantemente proibida a veiculação, sem análise prévia de um censor, de matérias com conteúdo crítico ao governo ou que pudessem atentar contra a moral e aos bons costumes. Não obstante, a coerção generalizada se deu a partir da ditadura do Governo Vargas, de 1937 a 1945, quando a prática da censura foi institucionalizada com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda/DIP. (SMITH, 2001: 24)

Com a Doutrina de Segurança Nacional, o general Golbery do Couto e Silva, através da noção de ‘Grande Estratégia’, tornou enfática a necessidade de o governo criar estruturas apropriadas para garantir a segurança nacional do país. Era o respaldo necessário para o funcionamento e para a criação, por exemplo, do Departamento de Ordem Política Social/DOPS e do Serviço Nacional de Informação/SNI.

Assim, não fica difícil concluir que, não parece ter sido função dos membros da Polícia Militar brasileira atuar como censores nas redações dos jornais, haja vista a existência de uma estrutura apropriada, treinamento e concursos públicos para preencher esse cargo. Não encontramos também nenhuma referência de trabalhos que apontem indícios de que a PM tenha recebido algum treinamento, em âmbito nacional ou regional, que pudesse os habilitar para essa atividade. De outra maneira, em termos de logística, seria quase impossível, diante da extensão territorial do país e do Estado Minas Gerais, colocar a ‘mordaca’ em todas as empresas de comunicação. A PM montesclarensense se auto-adaptou a essa função.

Starling ressalta que a Polícia Militar de Minas Gerais recebeu instruções para conter todos os tipos de manifestações sociais ou levantes subversivos, durante o estágio de articulação e preparação para o golpe. (STARLING, 1986) O fato de ter desfrutado de uma profícua atuação na destituição de João Goulart no poder, motivou, na guarnição

montesclarenses, a ‘missão’ de serem os mantenedores da lei e da ordem, do governo constituído, nas terras sertanejas.

Paolo Marconi (1980) aponta que a participação de Policiais Militares na realização da repressão e monitoramento da imprensa escrita, embora não seja comum, aconteceu durante o Regime Militar, essencialmente, nas regiões do interior do Brasil. Segundo o autor, parte dessa atuação reflete a influência das ações da Polícia Federal no controle da imprensa das principais capitais. Além desse fato, em regiões do interior, muitas vezes desprovidas de aparato judiciário, os delegados ou os comandantes das Polícias Militares assumem a função e o rótulo de ‘juizes’, incorporando o objetivo de julgar o que é certo ou errado. O cerceamento de liberdade de expressão acabou servindo, também, para evitar a divulgação das arbitrariedades cometidas pela corporação. Desta forma, algumas guarnições da PM ainda desfrutam do ‘benefício’ de residirem em regiões distantes, fator que contribuiria para a impunidade de suas ações. Marconi expõe como exemplo de atuação de Policiais Militares na repressão, os impressos: *Resistência*, editado no Estado do Pará, e o *Diário de Petrópolis*, da região serrana do Rio de Janeiro.

A repressão e a censura eram motivadas pelo combate ao “inimigo interno”. Em Montes Claros vale a pena reiterar o impacto causado, pela presença do ‘grupo dos onze’, cujos membros recebiam orientação do governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola do PTB. Pelo fato de possuir membros de vários segmentos sociais, em Montes Claros, esse grupo tinha contato e se relacionava, inclusive com os jornalistas da cidade. O jornalista Felipe Antônio Guimarães Gabrich, em depoimento, ilustra que esse grupo era formado por comerciantes, políticos, farmacêuticos, etc.; o que denota o fácil contato desses elementos não somente com a imprensa, mas com o restante da população da cidade:

(...) em Montes Claros tinha esse grupo chamado grupo dos onze que foi perseguido, tanto que tinha um farmacêutico, que ficou doído e depois morreu, teve um tal de Evanildo, um farmacêutico baixinho que trabalhava em uma farmácia que também morreu (...)tinha um padeiro que me contava uns casos, tinha o Porfirão (...) (grifo nosso) (GABRICH, 2009)

O jornalista Haroldo Lívio, em entrevista concedida para a pesquisa, esclarece que a organização teve curta duração devido à forte repressão a que foram submetidos. Como indicaremos no trecho a seguir, para Lívio, a principal causa do encerramento das atividades do ‘grupo dos onze’ foi a intensa coerção dos Policiais Militares a partir da instauração de Inquéritos:

A organização do grupo dos onze aqui em Montes Claros foi muito próxima já da Revolução, desde 64, então teve curta existência. Em outros lugares foi organizado bem antes, em 63, 62, mas aqui foi... talvez já no próprio ano de 64. Porque essa organização ela veio com a derrocada de Jango aí acabou transformou-se em objeto de IPM, foi instaurado um IPM sobre essa organização aqui e teve alguns membros que foram presos que foi o Joaquim Diniz o Porfírio de Souza, Adão Fagundes, eles foram presos, foram condenados tiveram muito tempo e depois foram anistiados, as famílias estão sendo anistiadas pelos desmandos que foram sofridos. (OLIVEIRA, 2009)

Do mesmo modo, o movimento estudantil teve suas ações monitoradas, e, em várias ocasiões, também teve suas atividades reprimidas pela corporação policial militar da cidade. (OLIVEIRA, 2000: 216). Ainda ressaltamos que a alteração do perfil da imprensa e a composição de uma classe operária, com a instalação de um parque industrial, nas décadas de 1960 e 1970, engrossam as justificativas para a PM controlar possíveis situações de subversão ou movimentos da classe trabalhadora na cidade.

Por seu turno, é através da análise das fontes orais que podemos indicar que, tão logo a PM local regressou da operação que resultou no golpe de 1964, membros da corporação foram inseridos nas redações do *Diário de Montes Claros* e *Jornal de Montes Claros*. Nos fragmentos a seguir temos, num primeiro momento, o jornalista e dono do *Diário de Montes Claros*, Décio Gonçalves de Queiroz ressaltando que, a ruptura política resultou na introdução de militares na redação. No outro trecho, Gabrich, que exercia suas atividades no *Jornal de Montes Claros*, pressupõe que a inserção de policiais militares nas redações foi devido à alteração do perfil da imprensa escrita:

Em 1964 o Diário de Montes Claros já estava circulando já no seu segundo ano de vida, né? E nós enfrentamos, tivemos dentro do jornal um censor. Mandaram para lá um Capitão da Polícia Militar e todo dia para... a Revolução até isso a Revolução fez. (QUEIROZ, 2009)

Tirou-se um governo civil e colocou-se um governo militar e a imprensa sofreu muito com isso, por quê? Porque a imprensa de modo geral era vista como locutor da população com os políticos, ela tinha a capacidade reivindicatória e investigativa ao mesmo tempo e governo sabidamente o governo militar tratou de podar isso. Nos grandes centros principalmente e nos centros menores como era Montes Claros nós tínhamos uma imprensa combativa e imprensa reivindicatória. No caso de Montes Claros especificamente as redações de Montes Claros [refere-se ao 'Jornal de Montes Claros'] e do Diário de Montes Claros um dos jornais que tinha na época, tinha uma veiculação não só do município mas também o jornal, nós fomos vigiados por um policial da PM da Polícia Militar, então foi para o Diário de Montes Claros um Coronel e foi para o Jornal de Montes Claros um Capitão. (GABRICH, 2009)

Pelos trechos anteriores podemos observar que a participação do 10º Batalhão de Polícia Militar de Montes Claros no golpe de 1964 trouxe para a imprensa escrita local o ônus

do novo governo instaurado. A inserção de censores nas redações foi a principal consequência. O monitoramento das atividades dos meios de comunicação impresso alterou a rotina das redações por nós analisadas.

Conclusão

Em estudos cujo objeto é a imprensa escrita durante o contexto do governo militar, em um primeiro momento, nos parece um tanto óbvias as justificativas para a existência da censura. Foi o período da supressão aos direitos de expressão, em que a figura do censor se tornou um elemento cotidiano para a maioria dos jornais de grande circulação no Brasil. Em Montes Claros, contudo, há aspectos particulares que devem ser ressaltados.

Primeiro, porque Montes Claros está situada em uma região periférica de Minas Gerais, marcada, historicamente, pela vocação agropecuária e pela concentração fundiária. Além disso, no período do governo de João Goulart, a elite econômica e a política da cidade compactuaram dos mesmos temores das elites dos grandes centros urbanos. As reformas de base, principalmente a reforma agrária, fomentaram o receio de desestruturar os interesses agropecuários regionais. Mesmo a nascente elite industrial não via com bons olhos a efervescência ideológica e as manifestações sociais de apoio às reformas. Para esses setores o apoio da classe trabalhadora, por exemplo, às reformas de Goulart, poderia representar a desestruturação da sua hegemonia. Esses foram os principais fatores que fomentaram, por parte dos setores agropecuário e industrial de Montes Claros, apoio a execução do golpe de 1964.

Mas, sobretudo, as alterações no perfil da imprensa, principalmente nas décadas de 1960 e 1970, que proporcionaram fortes subsídios à introdução de censores nas redações. Era o surgimento de jornais que buscavam a independência, e, se orgulhavam de não serem financiados pelos segmentos políticos da cidade. Esses jornais tinham profissionais que atuaram em periódicos de outras capitais, e, em vista disso, não tinham empecilhos em transitar nos ambientes da elite ou de qualquer outra camada social. Assim, não estar atrelado aos ditames dos setores dominantes, imputava a desconfiança e a necessidade de controle, muito embora, a perspectiva que orientava boa parte dos jornalistas, caudatária da percepção difusa das exigências que envolvem um desenvolvimento politicamente orientado, tornasse pouco efetiva tais disposições de autonomia.

Por fim, o desfecho positivo da corporação policial local na execução do golpe de 1964, o prestígio adquirido pelo seu comandante, sua disposição de “mostrar serviço” aos dirigentes estaduais e nacionais do regime militar, a preocupação em manter o apoio ao novo governo constituído, colaboram para a inserção de censores nas redações de Montes Claros, antes mesmo disto tornar-se uma prática generalizada no país.

Fontes

GABRICH, Felipe Antônio Guimarães. Entrevista concedida para a pesquisa em 05/09/2009. Atuou no *Jornal de Montes Claros* e, posteriormente, no *Diário de Montes Claros*.

NUNES, Jorge. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no *Diário de Montes Claros*.

OLIVEIRA, Haroldo Lívio de. Entrevista concedida para a pesquisa em 04/09/2009. Atuou no *Jornal de Montes Claros*.

QUEIROZ, Décio Gonçalves de. Entrevista concedida para a pesquisa em 01/09/2009. Atuou no *Jornal de Montes Claros* e foi dono e diretor do *Diário de Montes Claros*.

Referências Bibliográficas

A IMPRENSA em Foco. In: *Revista Montes Claros em Foco*. Ano VXII, nº 36, agosto de 1979.

ABREU, Alzira Alves de. *A modernização da imprensa (1970-2000)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. (Descobrimos o Brasil)

ALVES, Maria Helena Moreira de. *Estado e Oposição no Brasil: 1964-1984*. São Paulo: Edusc, 2005

ANTUNES, Oswaldo. *A tempo: memórias*. Montes Claros: O lutador, 2007.

AQUINO, Maria Aparecida. *Censura, Imprensa, Estado Autoritário (1968-1978): o exercício do cotidiano da dominação e da resistência: O Estado de São Paulo e Movimento*. Bauru: EDUSC, 1999.

KUSHNIR, Beatriz. *Cães de Guarda: Jornalistas e censores do AI-5 à constituição de 1988*. São Paulo: Boi Tempo, 2004.

MARCONI, Paolo. *A censura política na Imprensa Brasileira 1968-1978*. São Paulo: Global. (Passado & Presente).

MÍDIA Alternativa. *Mídia Alternativa Jornal Binômio, o incendiário de Minas faz 50 anos*. Disponível em: <www.midiaalternativa.com.br>. Acesso em 11 março 2010.

O HUMANISMO de Jacques Maritain e a educação Odiseo. Disponível em: <<http://www.diariocatolico.com.br>>. Acesso 10 março 2010.

OLIVEIRA, Evelina Antunes de. *Nova cidade, Velha política: poder local e desenvolvimento regional na área mineira do Nordeste*. Maceió: Edufal, 2000

PAULA, Hermes Augusto de. *Montes Claros: sua história, sua gente e seus costumes*. Belo Horizonte: Minas Gráfica Editora Ltda, 1957.

PEREIRA, Laurindo Mékie Pereira. *A cidade do favor: Montes Claros em meados do século XX*. Montes Claros: UNIMONTES, 2002.

REVISTA Tempo. *Montes Claros sesquicentenária*. Ano v, julho de 2007

SAID, Bendito de Paula. Entrevista concedida para a pesquisa em 09/09/2009. Atuou no *Jornal de Montes Claros*.

Senado Federal. *Subsecretaria de Informações*. Disponível em: <<http://www.ListaTextoIntegral.html>>. Acesso em 02 jul. 2008

SILVEIRA, Geraldo Tito. *Histórico*. Disponível em: <<HTTP://www.55bi.com.br/portal/batalhão/historico.html>>. Acesso em 05 fev. 2010.

SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SMITH, Anne-Marie. *Um Acordo Forçado: o consentimento da imprensa à censura no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

SOUZA, Georgino Jorge de. *Reminiscências de um soldado de polícia*. Montes Claros: Gráfica Silveira, 1996.

STARLING, Heloísa Maria Murgel. *Os senhores das gerais: os novos inconfidentes e o golpe de 1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.